

IMPACTOS CAUSADOS PELA OCUPAÇÃO DESORDENADA NA ZONA COSTEIRA DE MARIA FARINHA-PE

Cíntia Raquel P. de Oliveira

A zona costeira representa um cenário de grande atividade econômica e alta concentração populacional que vem sofrendo com a intensificação dos processos erosivos. Nesse sentido, os esforços para controlar esses fenômenos não se resumem apenas a uma ação de preservação ambiental, mas também constituem uma necessidade econômica.

Em Pernambuco, a zona costeira representa cerca de 4% de seu território, porém concentra 43,8% da população. O crescimento exponencial da pressão demográfica sobre esta zona, acompanhado pela explosão desordenada das atividades turísticas, precipitaram a sua descaracterização, já irreversível, em alguns pontos da costa, como é o caso de vários trechos do litoral do município de Paulista, (...). (MANSO, 2000, P. 105).

Conforme Muhe (1996), as modificações nas taxas de aporte e retirada de sedimentos, alterando o balanço sedimentar de um dado trecho do litoral, tendem a causar problemas sérios em áreas urbanizadas, ou nas quais o uso das praias representa uma importante opção de lazer e de atividade econômica, principalmente quando o balanço é negativo, resultando em erosão.

Ao longo do litoral de Maria Farinha – bairro de Paulista -, área de estudo, verifica-se intensa poluição por lixo e esgoto doméstico, e alguns trechos, encontram-se sob processo erosivo intenso evidenciado pela destruição de casas, tendo a linha de praia quase inteiramente artificializada com obras de contenção.

Sendo assim, o presente trabalho visa identificar os impactos na zona costeira de Maria Farinha, assim como suas causas.

Os procedimentos para realização deste trabalho consistiram em revista bibliográfica, em informações através de observação de campo e em diversos momentos de marés e a caracterização perceptual dos processos erosivos e suas causas respectivas.

Compreendendo a porção norte da faixa costeira do litoral de Pernambuco, a área em apreço localiza-se na Região Metropolitana do Recife, no município de Paulista, ficando a aproximadamente 30 Km ao norte da capital do Estado. Situa-se entre as latitudes 07°32'08" e 08°04'07" e as longitudes 34°49'40" e 34°52'05", onde o município limita-se ao norte com

Abreu e Lima, ao nordeste com Igarassu, tendo como divisor municipal o rio Timbó, ao leste com o Oceano Atlântico, ao sudeste com Olinda, ao sul com Recife e ao sudoeste com Camaragibe.

Na área em apreço, a cobertura vegetal predominante é constituída pelos campos de restinga e os mangues. A primeira está reduzida a uma estreita faixa descontínua, sendo ameaçada pela instalação de pontos comerciais, construções irregulares e lixo. Na faixa litorânea, nos terrenos submetidos à influência constante das marés, no estuário do rio Timbó, abriga expressivamente a vegetação de mangue. Este ecossistema desempenha uma importante função como filtro biológico e químico das águas contaminadas por resíduos industriais e domésticos e como viveiro natural para muitas espécies marinhas. Porém, não obstante tal importância, conforme CPRH (2001), esse ambiente tem sido bastante agredido pela ocupação urbana desordenada, pela pesca predatória, pela deposição de lixo e, nos dias atuais, pelo avanço dos empreendimentos da carcinicultura.

No que concerne ao processo erosivo, este pode ser resultado da combinação de várias causas, de origem humana e natural. Entre as primeiras, resultam da ocupação desordenada do domínio litorâneo, através da especulação imobiliária, além de obras de contenção das praias sem um planejamento eficiente.

No que se referem aos problemas naturais, devem-se, principalmente, a ausência de aporte de areia e a descontinuidade das linhas de recifes, dos quais funcionam como elementos de proteção das praias, da corrente de retorno e da plataforma. Logo, a ação destrutiva do mar resulta no impedimento da circulação dos usuários na área, além de estar comprometendo as potencialidades turísticas e de lazer.

As primeiras referências à erosão marinha no nosso Estado, com base no trabalho de Lira (1997) datam de 1914, de acordo com Domingos de Sampaio Ferraz, quando foram relatados os danos provocados pelo mar sobre o molhe, então em construção, localizado no istmo de Olinda, o qual fazia parte das obras de ampliação do Porto do Recife. Por volta da década de 1950, já se constatava erosão na Praia de Maria Farinha, onde a população tratava de proteger suas propriedades como faz até hoje, construindo obras para a defesa costeira sem um planejamento adequado.

Em função da ocupação desordenada do ambiente praial de Maria Farinha, o aporte de sedimentos (areias) vem sofrendo uma alteração significativa devido a sua redução por ocasião do dimensionamento das obras. Com a interferência do fornecimento de areia sobre a berma e

dunas, as ondas e correntes de deriva litorânea atacam com mais intensidade a praia, resultando em agradação que não se pode mensurar face o desequilíbrio intensificado pela engenharia costeira. Como consequência, ocorre a destruição da praia, onde, em alguns trechos, o mar chega a tal extremo que ataca diretamente as próprias edificações (casas, muros, passeios, entre outros) que são protegidas através da construção de obras de defesa mal planejadas. Além desses processos, a área em questão vem sofrendo contínuas agressões pela poluição da água e do solo por resíduos industriais, sólidos e esgotos domésticos.

Verifica-se a necessidade de estudos científicos que subsidiem políticas para obras de contenção e minimização dos resíduos visando à ordenação e uma gestão costeira adequada para esse ambiente, levando em conta tanto as condições sócio-econômicas como as ambientais para a regeneração da praia de Maria Farinha.

A existência de uma praia na zona costeira significa, geralmente, o melhor meio de proteção para os equipamentos públicos e privados localizados na costa diante da ação do mar, além de constituir, intrinsecamente, um bem de grande valor para o turismo e lazer. Sendo assim, a ordenação urbanística e racional da área estudada requer sistemas de políticas públicas e gestão ambiental tendo em vista subsídios para eliminar ou minimizar os problemas instalados na praia de Maria Farinha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). Diagnóstico Sócio-Ambiental: Litoral Norte. Recife: CPRH/GERCO, 2001.
- LIRA, Anna Rosa do Amaral. Caracterização morfológica e vulnerabilidade do litoral entre as praias da Enseadinha e Maria Farinha, Paulista – PE. Recife, 96 folhas, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Tecnologia e Geociências. Geologia, 1997.
- MANSO, Valdir do Amaral Vaz. Monitoramento ambiental das praias do município de Paulista – PE 134 folhas, (Relatório final) Recife, Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Tecnologia e Geociências. Departamento de Engenharia e Minas (LGGM), 2000
- .MUEHE, D. Geomorfologia costeira. In: CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. (Organizadores). Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 345, pp.191-238; 1996.